

A Evolução da Medicina e a Informação Biomédica – Algumas Reflexões

JOÃO M. VIDEIRA-AMARAL

Entre outros factores, os grandes progressos tecnológicos nas últimas décadas assim como a extraordinária explosão de conhecimentos têm originado uma grande mutação na medicina e no seu exercício, ao ponto de ser legítimo afirmar que a medicina de hoje já não é o que era há 20 anos atrás. Um dos aspectos de tal mutação diz respeito, designadamente, à tendência, cada vez mais notória, de evolução de uma «medicina-arte» (relacionada com a habilidade para a tomada de decisões na base de conhecimentos, experiência, bom senso e sentido de humanidade) para uma chamada «medicina científica» (fundamentada essencialmente em factos científicos para explicar os processos mórbidos).

Por outro lado, atendendo a que o processo que está na base da génese das doenças é complexo e a fisiopatologia não explica, na totalidade, o processo mórbido, emergiu uma nova perspectiva da medicina, a «medicina baseada na evidência», considerada por alguns um novo paradigma e em que é dada prioridade à mensuração de factos baseando-se a sua metodologia em diversas técnicas epidemiológicas (por exemplo meta-análises de trabalhos publicados em revistas biomédicas e estudos clínicos aleatórios).

Esta evolução tem levado, ao longo do tempo, a grandes mudanças no sistema de informação biomédica: para além da multiplicação de publicações do foro científico em papel, passaram os pediatras e todos os profissionais interessados nos problemas e na saúde da criança e do adolescente, a dispor de outros sistemas de comunicação ligados ao desenvolvimento da informática, como a Internet e os CD-ROM. De facto, nos tempos de hoje, a consulta do Index Medicus para pesquisa bibliográfica segundo o método clássico de leitura em papel, pode considerar-se um acto obsoleto.

Assim, o processo de formação contínua, fundamental para o cabal desempenho de qualquer profissão, passou a constituir uma necessidade diária com exigência cada vez maior de qualidade relativamente a toda a informação veiculada; com efeito, a tendência é que perca de

tempo decorrente da consulta de documentação destituída de rigor e objectividade leve a que seja escolhida a melhor.

Inicialmente, para garantir a qualidade, os corpos editoriais de algumas revistas instituíram normas rígidas de apreciação e de selecção de trabalhos científicos enviados para publicação resultando, do rigor da sua aplicação, o prestígio das mesmas.

Aliás este espírito de rigor no julgamento dos artigos submetidos a apreciação, embora já seguido por prestigiadas revistas desde longa data, foi sistematizado em Vancouver, Canadá no ano de 1978 na sequência de uma primeira reunião informal de editores de todo o mundo, levada a cabo com o objectivo de uniformizar normas de publicação. Tais normas, hoje praticamente adoptadas em todas as revistas da área biomédica, têm sido progressivamente actualizadas e ampliadas com ulteriores convenções (a última ocorreu em 1997) aperfeiçoando as regras e abordando vertentes não só de ordem metodológica, mas igualmente de ordem ética, estas últimas relacionadas com os direitos dos doentes e com os deveres e direitos de editores, revisores e autores. Aliás, nas «Indicações aos Autores» da Acta Pediátrica Portuguesa (APP), o conteúdo do 5.º parágrafo da 1.ª coluna, visando a garantia de qualidade, traduz a adopção implícita do chamado «estilo de Vancouver, pressupondo-se que o mesmo é do conhecimento de todos os intervenientes no processo de revisão interpares.

É indiscutível que a APP, órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Pediatria (no seguimento da sua antecessora Revista Portuguesa de Pediatria), graças ao grande empenho dos seus corpos directivos e editoriais, e com a colaboração indispensável dos autores dos trabalhos científicos, tem desempenhado um papel primordial na formação contínua, quer de pediatras, quer de outros profissionais interessados nos problemas da criança e do adolescente com rubricas diversificadas, sabendo responder à evolução da Pediatria e tirando partido das inovações

tecnológicas (a sua edição nas páginas electrónicas da Internet assim o testemunha).

Estando implícita no conceito de revista científica a noção de dinamismo e de progresso, gostaria, neste escrito, de reflectir um pouco sobre alguns tópicos de ordem formal que, em meu entender, merecem investimento. Não me debruçarei sobre conteúdos, os quais constituem um epifenómeno da «oferta» no «mercado» científico disponível, garantindo os revisores e editores a sua qualidade através de selecção criteriosa. De facto, embora a perfeição absoluta seja inatingível, o que é certo é que a qualidade, no sentido global, depende do somatório da qualidade, não só dos conteúdos mas, também, dos aspectos relacionados com a forma.

Nesta conformidade, alguns dos aspectos formais que, em meu entender, merecem ser aperfeiçoados relacionam-se com as seguintes ideias-chave: tempos consumidos nos circuitos editoriais, rigor no processo de revisão linguística, obediência às «Indicações aos Autores», formato dos resumos, qualidade da reprodução dos exames imagiológicos e divulgação da Acta Pediátrica Portuguesa.

Assim, adoptando o modelo do criticismo de Kant, colocarei as seguintes questões sobre alguns pontos que poderão ser considerados vulneráveis:

– Será que os autores procedem à correcção das provas tipográficas com a celeridade aconselhável? (Mais de uma semana é considerado tempo exagerado e, «à americana» o período habitual é 72 horas...)

– Será que os revisores ultrapassam o tempo mais que razoável de 15-30 dias para a análise do artigo?

– Será que os autores são informados, no período máximo de 2 meses, sobre o resultado da apreciação final dos corpos editoriais?

– Será que tem havido todo o cuidado na revisão linguística propriamente dita no sentido de evitar erros ortográficos que ultrapassam o simples conceito de gralha tipográfica accidental?

– Será que as «Indicações aos Autores» são rigorosamente seguidas por todos os intervenientes no processo editorial?

– Será que os resumos obedecem ao mesmo formato e são suficientemente elucidativos da versão integral?

– Será que os exames imagiológicos reproduzidos são suficientemente esclarecedores?

– Será que a APP é suficientemente divulgada nos países lusófonos de África e América?

– E, a propósito, (para além da sua inclusão no Index Medicus, processo difícil e complicado que, segundo indicações, está em curso) não seria interessante admitir a possibilidade de uma edição em inglês na Internet com artigos seleccionados, no pressuposto de que o inglês constitui o esperanto da actualidade?

De facto, a manutenção duma revista científica é um processo complexo que implica a participação e o empenho de muitos intervenientes. Nesta conformidade, estas reflexões deverão ser interpretadas tendo em consideração que a APP é a revista de todos os pediatras os quais têm obrigações de dar contributo para o seu progresso. Para concluir, virá a propósito citar uma frase de Oscar Wilde: «Progredir é realizar a utopia».